



Consórcio  
Energético  
Cruzeiro do Sul

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2018 e 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>7</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>8</b>



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do  
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul  
Curitiba - Paraná

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (Consórcio), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações foram elaboradas pela administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul com base no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("manual").

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" acima mencionado.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas com base no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação da administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e das consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas Companhias. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da administração demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR-048555/O-2

## Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	01.01.2017 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.358	1.193	1.468
Cauções e depósitos vinculados	6	26.045	64.083	-
Créditos com consorciadas	7	2.094	12.843	39.499
Créditos entre consorciadas	8	1.671	17.541	17.048
Créditos das consorciadas	9	52.675	52.634	52.200
Outros créditos		3.138	2.703	5.692
Total do ativo circulante		86.981	150.997	115.907
<b>Não circulante</b>				
Cauções e depósitos vinculados	6	33.250	31.438	88.317
Créditos das consorciadas	9	498.932	536.554	566.104
Imobilizado	10	1.378.131	1.437.570	1.497.010
Intangível	11	20.078	20.930	21.781
Total do ativo não circulante		1.930.391	2.026.492	2.173.212
<b>Total do ativo</b>		<b>2.017.372</b>	<b>2.177.489</b>	<b>2.289.119</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	12	2.094	12.843	39.499
Débitos com consorciadas	13	30.541	67.979	7.160
Débitos entre consorciadas	14	1.671	17.541	17.048
Financiamentos	15	50.227	50.282	49.911
Concessões a pagar	16	2.448	2.352	2.289
Total do passivo circulante		86.981	150.997	115.907
<b>Não circulante</b>				
Débitos com consorciadas	13	33.250	31.438	88.317
Financiamentos	15	395.417	441.232	484.635
Concessões a pagar	16	29.978	29.157	28.634
Provisão para contingências	17	73.537	66.165	52.835
Quotas de consorciadas	18	1.398.209	1.458.500	1.518.791
Total do passivo não circulante		1.930.391	2.026.492	2.173.212
<b>Total do passivo</b>		<b>2.017.372</b>	<b>2.177.489</b>	<b>2.289.119</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018	2017
		(Reapresentado)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Redução ao ativo intangível	852	851
Redução ao ativo imobilizado	59.439	59.440
Redução (aumento) de cauções e depósitos vinculados	36.226	(7.204)
Redução de créditos com/das consorciadas	48.330	55.772
Redução (aumento) de créditos entre consorciadas	15.870	(493)
Redução (aumento) de outros créditos	(435)	2.989
(Redução) aumento de débitos com consorciadas	(35.626)	3.940
(Redução) aumento de débitos entre consorciadas	(15.870)	493
(Redução) de fornecedores do consórcio	(10.749)	(26.656)
(Redução) de financiamentos	(45.477)	(42.880)
(Redução) de encargos financeiros	(393)	(152)
(Redução) de quotas de consorciadas	(60.291)	(60.291)
Aumento de provisões para contingências	7.372	13.330
Aumento de concessão a pagar	917	586
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	165	(275)
	<hr/>	<hr/>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	165	(275)
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.193	1.468
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.358</u>	<u>1.193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (“Consórcio”) é um empreendimento constituído por meio de contrato celebrado em 28 de novembro de 2006 pelas Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel Geração e Transmissão”) (51%) (empresa líder) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”) (49%). Em 10 de outubro de 2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Mauá, com potência instalada de 363 MW, com prazo de 35 anos a partir de 03 de julho de 2007, data da assinatura do contrato. O empreendimento é constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

Conforme o Despacho nº 2923/2016 - Aneel, relativo ao processo nº 48500.001499/2007-62, a Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá), cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.029598-1.01, passou a se chamar Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior (UHE GJC).

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil da Entidade denominado “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” as quais não exigem a divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração de resultado, tendo em vista que para a natureza da Entidade (“Consórcio”) não existem receitas e despesas próprias a serem apresentadas (Vide Nota 3.g).

### 3 Sumário das principais práticas contábeis - NPC

#### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### b. Cauções e depósitos vinculados

Representam as aplicações financeiras mantidas para pagamentos específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado das consorciadas.

#### c. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização. Os passivos, circulante e não circulante, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

***Demais ativos circulantes e não circulantes***

Os demais ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os bens do imobilizado são contabilizados pelo valor total de aquisição, devendo corresponder às respectivas participações das Consorciadas Copel (51%) e Eletrosul (49%), conforme determina a Portaria Aneel nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24 de dezembro de 1997. No passivo não circulante, na rubrica Quotas de consorciadas, consta a contrapartida do mesmo valor, de acordo com os percentuais de participação de cada Consorciada.

Os encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, conforme nota explicativa 10.f..

**(ii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados conforme o método definido pelas Consorciadas. O reflexo da depreciação calculada pelas Consorciadas é reconhecido nas quotas das respectivas consorciadas, conforme nota explicativa 10.g..

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

**e. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**f. Concessões a pagar - uso do bem público**

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é efetuado na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato e correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O registro inicial origina um passivo (obrigação da Entidade) e um ativo intangível (direito de concessão), o qual está refletido na

rubrica Quotas de consorciadas. Posteriormente, o passivo é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados e o intangível amortizado pelo prazo de concessão.

**g. Receitas e despesas**

A receita de venda de energia elétrica, assim como os custos operacionais da Entidade, são registrados contabilmente diretamente nos livros contábeis das Consorciadas, exceto pela depreciação que é registrada como redutora das Quotas de Consorciadas, conforme nota explicativa 10.g. e dos rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como créditos em Débitos com as consorciadas, conforme nota explicativa 5 e 6. Em função destas práticas, a Entidade não apura demonstração de resultados.

**h. Demonstração do fluxo de caixa**

A Demonstração de fluxo de caixa da Entidade demonstra exclusivamente as variações das contas patrimoniais do Ativo e Passivo.

**4 Reapresentação das demonstrações contábeis**

Durante o exercício de 2018, o Consórcio identificou que determinadas aplicações financeiras em Cauções e depósitos vinculados estavam apresentadas erroneamente como Caixa e equivalentes de caixa nos períodos comparativos. Estas aplicações não atendem à definição de equivalentes de caixa conforme CPC 03, por serem resgatáveis apenas no momento em que os órgãos reguladores emitem a anuência para resgate. Desta forma, tais aplicações estão sendo reclassificadas para a rubrica de Cauções e depósitos vinculados circulantes e não circulantes de acordo com o cronograma de liberação das anuências no balanço patrimonial em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017, e das movimentações de caixa e equivalentes de caixa para os fluxos de caixa de Cauções e depósitos vinculados nas atividades de investimento.

Adicionalmente estão sendo reclassificados, no balanço patrimonial em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017, “Débitos com consorciadas” do passivo circulante para não circulante referente ao saldo que não atende aos requisitos do CPC 26 para passivos circulantes.

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras do Consórcio:

**Balço patrimonial em 1º de janeiro de 2017**

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	89.785	(88.317)	1.468
Outros ativos	114.439	-	114.439
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>204.224</b>	<b>(88.317)</b>	<b>115.907</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	-	88.317	88.317
Outros ativos	2.084.895	-	2.084.895
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.084.895</b>	<b>88.317</b>	<b>2.173.212</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.289.119</b>	<b>-</b>	<b>2.289.119</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Débitos com consorciadas	95.477	(88.317)	7.160
Outros passivos	108.747	-	108.747
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>204.224</b>	<b>(88.317)</b>	<b>115.907</b>
<b>Não circulante</b>			
Débitos com consorciadas	-	88.317	88.317
Outros passivos	2.084.895	-	2.084.895
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.084.895</b>	<b>88.317</b>	<b>2.173.212</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.289.119</b>	<b>-</b>	<b>2.289.119</b>

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017**

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	96.714	(95.521)	1.193
Cauções e depósitos vinculados	-	64.083	64.083
Outros ativos	85.721	-	85.721
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>182.435</b>	<b>(31.438)</b>	<b>150.997</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	-	31.438	31.438
Outros ativos	1.995.054	-	1.995.054
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.995.054</b>	<b>31.438</b>	<b>2.026.492</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.177.489</b>	<b>-</b>	<b>2.177.489</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Débitos com consorciadas	99.417	(31.438)	67.979
Outros passivos	83.018	-	83.018
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>182.435</b>	<b>(31.438)</b>	<b>150.997</b>
<b>Não circulante</b>			
Débitos com consorciadas	-	31.438	31.438
Outros passivos	1.995.054	-	1.995.054
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.995.054</b>	<b>31.438</b>	<b>2.026.492</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.177.489</b>	<b>-</b>	<b>2.177.489</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Aumento de outros ativos	118.559	-	118.559
(Aumento) de outros passivos	(111.630)	-	(111.630)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>6.929</b>	<b>-</b>	<b>6.929</b>
(Redução) de cauções e depósitos vinculados	-	(7.204)	(7.204)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(7.204)</b>	<b>(7.204)</b>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.929</b>	<b>(7.204)</b>	<b>(275)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89.785	(88.317)	1.468
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>96.714</u>	<u>(95.521)</u>	<u>1.193</u>

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017 (Reapresentado)	01.01.2017 (Reapresentado)
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e bancos conta movimento	10	10	126
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.348	1.183	1.342
	<u>1.358</u>	<u>1.193</u>	<u>1.468</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Conforme estabelecido no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” os rendimentos das aplicações financeiras são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

## 6 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		
	2018	2017 (Reapresentado)	01.01.2017 (Reapresentado)
<b>Cauções e depósitos vinculados</b>			
Certificado de depósito bancário - CBD (a)	26.045	64.083	-
	<u>26.045</u>	<u>64.083</u>	<u>-</u>

	<b>Não Circulante</b>		
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>01.01.2017</b>
		<b>(Reapresentado)</b>	<b>(Reapresentado)</b>
<b>Cauções e depósitos vinculados</b>			
Certificado de depósito bancário - CBD (a)	-	-	59.250
Certificado de depósito bancário - CBD (b)	33.250	31.438	29.067
	<u>33.250</u>	<u>31.438</u>	<u>88.317</u>

- (a) Caução bancária - Lei da Mata Atlântica: Conforme anuência do IAP, Ofício nº 690/2018 IAP/GDP de 13/09/2018, foram iniciados os resgates dos valores em garantia para aquisição de áreas vinculadas a Lei da Mata Atlântica, condicionante da Licença de Operação nº 27.431 da UHE GJC, na região de Serra Grande, margem esquerda do Rio Tibagi a montante da usina.
- (b) Caução bancária - Reserva Legal: Aguarda anuência do IAP para a movimentação ou devolução ao Consórcio. A isenção ou eventual obrigação de averbar a Reserva Legal será definida administrativamente junto ao IAP ou judicialmente, considerando o advento da Lei nº 12.651/2012.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB possuem remuneração atrelada à variação do CDI com liquidez imediata realizadas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha.

Conforme estabelecido no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” os rendimentos das cauções e depósitos vinculados são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

### **Lei da Mata Atlântica (artigo 17 da Lei nº 11.428/2006) e Reserva Legal**

Por ocasião da supressão vegetal de áreas no bioma Mata Atlântica na região dos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba (PR) para a formação do reservatório da UHE GJC, em 17 de fevereiro de 2011 foi firmado um Termo de Compromisso Ambiental entre Instituto Ambiental do Paraná - IAP e CECS visando garantir o atendimento do artigo 17 da Lei nº 11.428/2006.

Desse modo, no ano de 2012 o órgão ambiental condicionou a emissão da autorização para enchimento do reservatório da usina mediante a constituição de caução bancária, o qual foi efetivada pelo CECS através da aquisição de Certificados de Depósitos Bancários - CDBs custodiados pelo Banco do Brasil S.A. por intermédio de Contratos de Prestação de Serviços de Administração de Contas e/ou Garantias, para atendimento da referida Lei da Mata Atlântica e eventual necessidade de averbação da Reserva Legal referentes às áreas desapropriadas para a formação do canteiro de obras, reservatório e Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório.

## **7 Créditos com consorciadas**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.068	6.352
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.026	6.491
	<u>2.094</u>	<u>12.843</u>

Referem-se às aquisições por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas. No passivo circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Fornecedores” até que tais débitos sejam liquidados.

## 8 Créditos entre consorciadas

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Copel Geração e Transmissão S.A.	935	1.284
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	736	16.257
	<u>1.671</u>	<u>17.541</u>

São créditos mantidos com as Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A., referentes às aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos repasses dos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como são gastos registrados que foram efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC e que farão parte do encontro de contas. No passivo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Débitos entre Consorciadas” até que tais débitos sejam liquidados.

## 9 Créditos das consorciadas

	Circulante		Não circulante	
	2018	2017	2018	2017
Financiamentos BNDES - Copel	24.194	24.246	190.457	212.499
Financiamentos BNDES - Eletrosul	26.033	26.036	204.960	228.733
Provisão para contingências - Copel	-	-	37.504	33.744
Provisão para contingências - Eletrosul	-	-	36.033	32.421
Concessões a pagar - Copel	1.230	1.182	15.480	15.201
Concessões a pagar - Eletrosul	1.218	1.170	14.498	13.956
	<u>52.675</u>	<u>52.634</u>	<u>498.932</u>	<u>536.554</u>

A rubrica agrupa os valores dos encargos financeiros e principal a serem pagos dos Contratos de Repasses de Recursos do BNDES, as provisões para contingências e os valores da outorga onerosa da concessão, pelo uso do bem público. No passivo circulante e não circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Financiamentos”, “Provisão para Contingências” e “Concessões a Pagar”.

## 10 Imobilizado

	2018		2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	151.920	(30.485)	121.435	126.585
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	(167.001)	658.171	686.104
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	(46.615)	183.054	190.870
Máquinas e equipamentos	524.235	(109.429)	414.806	433.280
Moveis e utensílios	1.058	(393)	665	731
	<u>1.732.054</u>	<u>(353.923)</u>	<u>1.378.131</u>	<u>1.437.570</u>

Os valores contabilizados nas rubricas do Imobilizado estão assim representados:

- a. **Terrenos:** Custos de indenização aos proprietários das áreas desapropriadas.
- b. **Reservatórios, barragens e adutoras:** Custos de construção do reservatório, barragem, adutoras e vertedouros.
- c. **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Custo das edificações permanentes destinadas ao abrigo, suporte e proteção de propriedades ou pessoas, inclusive casa de força.
- d. **Máquinas e equipamentos:** Custos de aquisição relativos a máquinas e equipamentos eletromecânicos do sistema de geração e transmissão da usina.
- e. **Reintegração acumulada:** Conta redutora do ativo imobilizado que agrupa os valores das depreciações registradas nas Consorciadas.
- f. **Encargos financeiros BNDES:** Custos dos encargos financeiros dos financiamentos das máquinas e equipamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, os quais compreendem os repasses indiretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do agente financeiro, Banco do Brasil, e os repasses diretos mediante a abertura de crédito com o BNDES. Tais valores contabilizados no imobilizado em andamento a título de Encargos Financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- g. **Depreciação:** As Consorciadas (Copel e Eletrosul) consideram que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão do empreendimento UHE GJC, do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação esta fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96. Dessa forma a partir da entrada em operação desses ativos a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

As depreciações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Reintegração acumulada”, conta redutora do Ativo Imobilizado, e em contrapartida na rubrica “Quotas de Consorciadas”.

**h. Movimentação do ativo imobilizado:**

	Saldo em 2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2018
Imobilizado em serviço:					
Terrenos	151.920	-	-	-	151.920
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	-	-	-	825.172
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	-	-	-	229.669
Maquinas e equipamentos	524.235	-	-	-	524.235
Móveis e utensílios	1.058	-	-	-	1.058
(-) Depreciação acumulada	<u>(294.484)</u>	<u>(59.439)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(353.923)</u>
	<u>1.437.570</u>	<u>(59.439)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.378.131</u>

As adições no imobilizado em serviço referem-se aos valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

**11 Intangível**

	2018			2017
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Copel Geração e Transmissão S.Á.	12.905	(2.646)	10.259	10.694
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>12.352</u>	<u>(2.533)</u>	<u>9.819</u>	<u>10.236</u>
	<u>25.257</u>	<u>(5.179)</u>	<u>20.078</u>	<u>20.930</u>

Valores da outorga onerosa da concessão, relativos ao uso de bem público, demonstrados ao custo amortizado. Os valores foram ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

**12 Fornecedores**

	2018	2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.068	6.352
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>1.026</u>	<u>6.491</u>
	<u>2.094</u>	<u>12.843</u>

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas das aquisições realizadas por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas.

### 13 Débitos com consorciadas

	Circulante		
	2018	2017 (Reapresentado)	01.01.2017 (Reapresentado)
Copel Geração e Transmissão S.A.	15.685	34.713	3.693
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	14.856	33.266	3.467
	30.541	67.979	7.160
	Não Circulante		
	2018	2017 (Reapresentado)	01.01.2017 (Reapresentado)
Copel Geração e Transmissão S.A.	16.958	16.033	45.042
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	16.292	15.405	43.275
	33.250	31.438	88.317

Os valores contabilizados nesta rubrica se referem ao montante relativo ao aporte de caixa efetuado pelas Consorciadas registradas a caixa e equivalentes de caixa, reembolsado mediante apresentação dos comprovantes de pagamentos, cauções e depósitos vinculados e os rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas.

### 14 Débitos entre consorciadas

	2018	2017
Adiantamentos Copel Geração e Transmissão S.A.	736	16.257
Adiantamentos Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	935	1.284
	1.671	17.541

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas decorrentes das aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como registram gastos efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC que farão parte do encontro de contas. No ativo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Créditos entre Consorciadas” até que tais créditos sejam liquidados.

## 15 Condições de financiamento do empreendimento

O custo total do empreendimento UHE GJC, constante no Contrato de Repasses de Recursos do BNDES celebrado com o Banco do Brasil, compreende o montante de R\$ 1.069.876 e está distribuído da seguinte forma entre as Consorciadas:

	Eletrosul	Copel	Total
<b>FINANCIAMENTO BNDES</b>			
Recursos diretos - BNDES	182.508	169.586	352.094
Recursos indiretos - Banco do Brasil S.A.	<u>182.508</u>	<u>169.618</u>	<u>352.126</u>
Total financiamento recursos BNDES	<u>365.016</u>	<u>339.204</u>	<u>704.220</u>
Recursos próprios	<u>159.216</u>	<u>206.440</u>	<u>365.656</u>
Total	<u><u>524.232</u></u>	<u><u>545.644</u></u>	<u><u>1.069.876</u></u>

O pagamento de principal do contrato de financiamento iniciou em março de 2013, exigível mensalmente. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos pelas Consorciadas de recursos diretos e indiretos com o BNDES são contabilizados no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, sendo compostos pelos montantes de juros incidentes sobre o saldo devedor, vinculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos remanescentes a pagar referentes aos encargos financeiros e da amortização do principal compreendem os seguintes montantes:

	<b>2018</b>			
	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>
	<b>Encargos</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Financiamentos BNDES - Copel	632	23.562	24.194	190.457
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>688</u>	<u>25.345</u>	<u>26.033</u>	<u>204.960</u>
	<u>1.320</u>	<u>48.907</u>	<u>50.227</u>	<u>395.417</u>
	<b>2017</b>			
	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>
	<b>Encargos</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Financiamentos BNDES - Copel	846	23.400	24.246	212.499
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>867</u>	<u>25.169</u>	<u>26.036</u>	<u>228.733</u>
	<u>1.713</u>	<u>48.569</u>	<u>50.282</u>	<u>441.232</u>

## 16 Concessão a pagar / Intangível de concessão

	Circulante		Não circulante	
	2018	2017	2018	2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.230	1.182	15.480	15.201
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.218	1.170	14.498	13.956
	2.448	2.352	29.978	29.157

O Consórcio tem contrato de concessão oneroso com a União para o uso do bem público para a geração de energia elétrica na usina UHE GJC. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Entidade ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As Consorciadas recolhem à UNIÃO desde a data de entrada em operação comercial da UHE, ocorrida em novembro de 2012, até o 35º ano de concessão inclusive, contados da data de assinatura do contrato de concessão ou enquanto estiver na exploração da UHE, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.262.

## 17 Provisão para contingências

	2018	2017
Copel Geração e Transmissão S.A.	37.504	33.744
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	36.033	32.421
	73.537	66.165

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte em ações judiciais envolvendo questões da matéria do direito ambiental, civil e patrimonial, relacionadas principalmente à desapropriação de áreas mediante a interposição de medidas judiciais no montante provável de R\$ 55.084 (R\$ 50.159 em 31.12.2017).

No ano de 2017 foi instaurado procedimento arbitral pelo CECS e Consórcio EPC (Construtor) junto à Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - CAMFIEP com intuito de dar apropriada solução aos litígios remanescentes do contrato de fornecimento de bens e serviços para implantação da UHE GJC celebrado na modalidade Engineering, Procurement and Construction - EPC (Engenharia, Suprimentos e Construção). O valor da causa protocolada na CAMFIEP em 30 de junho de 2017 é no montante de R\$ 77.107, sendo o valor de perda provável no montante de 18.453.

Os encargos de provisão são reconhecidos nas rubricas "Créditos das consorciadas" e "Provisões para contingências". Na opinião da Administração, com base na posição dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados.

- Ações de risco possível**

O Consórcio possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível no montante de R\$ 590.630. A principal discussão refere-se à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, no montante de R\$ 338.398 de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., a qual foi cadastrada em 30 de junho de 2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e afirma que com a concessão de Lavra obtida tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina.

## 18 Quotas de consorciadas

	2018	2017
Copel Geração e Transmissão S.A	693.629	723.525
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	704.580	734.975
	1.398.209	1.458.500

Agrupam o ativo imobilizado em serviço e intangível na proporcionalidade da participação das Consorciadas no Consórcio Energético Cruzzeiros do Sul, não se aplicando a respectiva proporcionalidade aos:

- Valores contabilizados a título de encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, que estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- Valores contabilizados a título de máquinas e equipamentos em função da utilização de critérios diferentes pelas Consorciadas no crédito do PIS/COFINS sobre as aquisições.

## 19 Cobertura de seguros

Modalidade / Riscos cobertos	Vigência	Franquia máxima - R\$	Montante da cobertura - R\$
Riscos operacionais			
Danos Materiais	23.11.2012 a 23.11.2019	5.000	342.139
Despesas de Salvamento e contenção de sinistros	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Alagamento /Inundação	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Desentulho/Remoção de escombros	23.11.2012 a 23.11.2019	-	5.000
Pequenas obras de engenharia para reparos, reformas e ampliação	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Roubo e/ou furto qualificado de bens	23.11.2012 a 23.11.2019	-	5.000
Tumultos, greves, lock-out, comoção civil e atos dolosos	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Honorários de peritos	23.11.2012 a 23.11.2019	-	1.000
Despesas extraordinárias	23.11.2012 a 23.11.2019	-	11.750

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros de bens do ativo imobilizado e decorrentes das obras de construção da UHE GJC.

  
**Luiz Fernando Prates de Oliveira**  
Superintendente Geral  
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

20

  
**Luiz Carlos Bubiniak**  
Superintendente Administrativo-Financeiro  
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul-CECS

  
**Rodrigo Cândido Rodrigues**  
CRC PR-056403/O-5